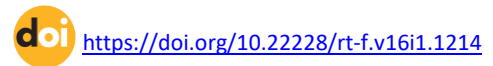



UM ESTADO DA QUESTÃO EM TORNO DA GUERRA NA HISTORIOGRAFIA SOBRE O REINADO DO MONARCA CASTELHANO-LEONÊS ALFONSO X (1252-1284)

A STATE OF THE QUESTION ABOUT THE WAR IN THE HISTORIOGRAPHY ON THE REIGN OF THE CASTILIAN-LEONESE MONARCH ALFONSO X (1252-1284)



Rafael Prata¹

 Universidade Federal de Sergipe

 Email: rafaelcostaprata@hotmail.com

Resumo: Em nossa reflexão historiográfica, efetuaremos um breve estado da questão acerca dos estudos efetuados em torno da Guerra e da Estrutura Militar na Historiografia relativa ao reinado do monarca castelhano-leonês Alfonso X (1252-1284), procurando atinar, especialmente, para os campos temáticos satisfatoriamente preenchidos e igualmente para as lacunas acerca das questões militares e bélicas que ainda precisam ser devidamente aprofundadas no âmbito da chamada Historiografia Alfonsina.

Abstract: In our historiographical reflection, we will briefly state the question about the studies carried out around War and Military Structure in the Historiography concerning the reign of the Castilian-Leonese monarch Alfonso X (1252-1284), trying to reach, especially, for the thematic fields satisfactorily filled and also for the gaps about military and war issues that still need to be duly deepened in the scope of the so-called Alfonsine Historiography.

Palavras-chave: Historiografia; Guerra; Alfonso X

Keywords: Historiography; War; Alfonso X.

Introdução

Alfonso X, Rei de Castela-Leão (1252-1284), fora seguramente um dos monarcas mais paradigmáticos do Ocidente Medieval durante todo o século XIII. *O Sábio*. Eis o epíteto pelo qual tem sido caracterizado desde o seu falecimento, em Sevilha, a capital

¹ Mentor Acadêmico e Professor de Metodologia de Pesquisa no "Humanas Instituto de Assessoria Acadêmica" (2021). Professor Substituto de História Antiga e Medieval na Universidade Federal de Sergipe (DHI/UFS) entre 2019 e 2021. Graduado em História na Universidade Federal de Sergipe (2008-2012), tendo apresentado a seguinte investigação monográfica: "A Guerra Medieval na Historiografia militar: Das velhas concepções às novas abordagens". Mestre em História (2014-2016) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Sergipe (PROHIS-UFS), após a defesa e publicação da dissertação: "In Armorum Artibus Spectabiles Satis Sunt: Relações Político-Militares e Poder Monárquico na Trajetória Visigoda durante a Antiguidade Tardia (332-711)". Doutor em História (2017-2021) pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Mato Grosso (PPGHIS-UFMT), tendo como enfoque investigativo de doutoramento, a seguinte problemática: "Caminho para destruí-los e para conquistar ainda mais vilas e castelos: a Racionalidade Bélica Senhorial durante o reinado de Alfonso X (1252-1284)". Vice-Coordenador do Domínum: Estudos sobre Sociedades Senhoriais e Integrante do Vivarium: Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medievo, Tem interesse pelos seguintes temas: Idade Média - Península Ibérica - Guerra - Império Visigodo - Relações Militares - Reconquista - Alfonso X (1252-1284) - Reino de Castela - Leão.

andaluz do reino, naquele distante mês de junho de 1284. Recebera essa alcunha por conta de seu empreendimento de composição e mecenato frente a uma vastíssima e diversificada produção cultural, a qual resultara em uma gama de obras de natureza jurídica, histórica, poética, artística e literária.

Para uma grande parcela dos historiadores, a imagem do *Rei Sábio*, sentado em seu reluzente trono régio, plenamente cingido por uma órbita de intelectuais, participando diretamente, ordenando noutros casos, da composição das mais singulares obras culturais, caracterizaria com esmero o reflexo emitido pela contemplação do reinado alfonsino, pois:

Do amplo espectro de temas as quais o reinado alfonsino serviu de umbral, a memória social que nos ficou do rei é, basicamente, a da sua sabedoria. Alfonso foi, antes de tudo, um “rei sábio”, protótipo que constituiu um dos modelos do rei medieval. No seu caso, o monarca sábio reinou depois do monarca conquistador. Alguns historiadores de séculos posteriores estabeleceram um paralelismo entre as figuras de Davi e do rei Salomão do Antigo Testamento e as de Fernando III e Alfonso X do reino de Castela no século XIII (...) Foi à passagem do tempo da conquista ao tempo do governo do que foi conquistado. Ou, em outro sentido, do tempo do enriquecimento pela conquista ao tempo da cultura em que se consome parte da riqueza acumulada.²

O reinado do monarca Alfonso X figuraria como um hiato, um notável elo de separação entre as agressivas etapas guerreiras e (re)conquistadoras que constituíram o âmago da *Reconquista* (sécs. X-XIII),³ e uma nova fase na história do Reino e da

² “Del amplio espectro de temas a los que el reinado alfonsí sirvió de umbral, la memoria social que nos ha quedado del rey es, básicamente, la de su sabiduría. Alfonso fue, ante todo, un “rey sabio”, prototipo que constituyó uno de los modelos de rey medieval. En su caso, el monarca sabio reinó después del monarca conquistador. Algunos historiadores de siglos posteriores establecerían un paralelismo entre las figuras de David y Salomón del Antiguo Testamento y las de Fernando III y Alfonso X del reino de Castilla en el siglo XIII (...) Fue el paso del tiempo de la conquista al tiempo del gobierno de lo conquistado. O, en otro sentido, del tiempo del enriquecimiento por la conquista al tiempo de la cultura en que se consume parte de la riqueza acumulada”. GARCÍA DE CORTAZAR, José Ángel. De las conquistas fernandinas a la madurez política y cultural del reinado de Alfonso X. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsés**. Puerto de Santa Maria, n.3, 2002-2003, p.19-54, p.22-23. Último acesso: 02/08/2018. Disponível para consulta em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=875961>

³ Conceito de difícil caracterização, o termo *Reconquista* será utilizado no decurso deste artigo a fim de definir “a un proceso clave en la Edad Media peninsular, como fue la expansión militar a costa del Islam occidental, que estuvo revestido e impulsado por una ideología militante basada en los principios de guerra santa y de guerra justa, y que además tuvo una incidencia decisiva en la conformación de unas sociedades de frontera.” In: GARCÍA FITZ, Francisco. La Reconquista: un estado de la cuestión. **Clio & Crimen**, Revista del Centro de História del Crimen de Durango, n.6, 2009, p.142-215, p.201. Disponível para consulta em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3158663>. Último acesso: 3 de fevereiro de 2018. Um interessante e sucinto trabalho de síntese sobre as querelas historiográficas acerca do conceito de *Reconquista* pode ser encontrado em: ALVARO, Bruno Gonçalves; PRATA, Rafael Costa. Guerras rendilhadas da erudição: um breve panorama dos combates e debates em torno do conceito de Reconquista. **Signum: Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais**, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 104-126, 2014. Disponível para consulta em: <http://www.abrem.org.br/revistas/index.php/signum/article/view/144/132>. Último acesso: 3 de fevereiro de 2018.

Monarquia Castelhana-Leonesa, marcada por uma conduta régia efetivamente mais administrativa, burocrática, e não mais predominantemente belicista (sécs. XIII-XV).

De um tempo de conquista para uma era de administração. Inicialmente concordávamos com esta perspectiva. Mas, porque então estudar as Guerras e as Relações Militares no reinado de um monarca mais marcante por suas obras culturais do que por suas performances guerreiras? O *Sábio*, eis a questão, soube conjugar o *Guerreiro*?

Os primeiros vislumbres de uma esperada contra resposta não tardaram a chegar. Em um primeiro momento, nos colocamos diante daquele procedimento basilar no âmago de toda e qualquer operação historiográfica: o cotejamento minucioso do *corpus documental*. Prontamente contemplaríamos como este monarca castelhano-leonês se comportara, efetivamente como um “rei estrategista, guerreiro e cruzado”.⁴ Portanto, “o rei sábio não foi, assim, apenas um monarca das letras, mas também das armas e da guerra – rei sábio e guerreiro”.⁵

Por ocupar o posto de príncipe primogênito, herdara o cetro e a coroa do reino castelhano-leonês após a morte de seu predecessor régio, Fernando III (1217-1252), sendo prontamente alçado pelo corpo político do reino após a realização das exéquias da figura monárquica recém-falecida, ocorrida no dia 1 de junho de 1252, na *Catedral de Santa Maria da Sede*, estabelecida na capital *andaluz* do reino, Sevilha.

Ao assumir o ofício régio, o príncipe Alfonso, então com trinta e um anos de idade, e sob a alcunha de Alfonso X, não se apresentava aos olhos dos amplos segmentos que compunham o corpo político do reino, como um príncipe desprovido das competências necessárias para ocupar o cargo a que estava destinado, mas sim, como um emergente monarca notavelmente preparado por conta da educação de natureza humanística e especialmente político-militar pela qual passara durante a sua formação e, sobretudo, em virtude de sua convivência e experimentação, enquanto infante herdeiro, nos assuntos políticos, militares e diplomáticos do reino castelhano-leonês no decurso das últimas duas décadas do reinado fernandino.

Caberia ao recém-entronado Alfonso X colocar em prática todos os ensinamentos

⁴ “Ése fue legado militar que dejó monarca, y éste, nuestro balance del gobierno de un Rey Sabio, que supo ser también, tal y como el contexto y las circunstancias exigían, un rey estratega, guerrero y cruzado.” ALCÁNTARA VALLE, José María. La Guerra y la paz en la frontera de Granada durante el reinado de Alfonso X. *HID* 42, 2015, p.11-58, p.53. Disponível para consulta em: <https://institucional.us.es/revistas/historia/42/1%20Alc%20A1ntara%20Valle.pdf>. Último acesso: 1 de fevereiro de 2018.

⁵ FONTES, Leonardo Augusto Silva. *Que ffuese ffecho por escripto para ssienpre: o scriptorium régio e a cultura escrita no reinado de Afonso X (Castela e Leão, 1252-1284)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense. Instituto de História, 2017, 431 f, p.47. Disponível para consulta em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1930.pdf>

teóricos e empíricos que recebera desde a sua tenra infância até os seus últimos dias na dignidade de infante herdeiro, a fim de administrar um reino que havia atingido o cume de suas fronteiras políticas, administrativas e geográficas, após pouco menos de três séculos de inicialização do chamado processo de *Reconquista*, através das aquisições senhoriais recentemente operadas, durante o reinado de Fernando III (1217-1252), de uma gama de proeminentes enclaves muçulmanos estabelecidos na *Andaluzia Bética*, como os senhorios de Baeza (1227), Úbeda (1233), Córdoba (1236), Múrcia (1241), Jaén (1246) e Sevilha (1248).

Tal paisagem de conquistas senhoriais, entretanto, não significara, em meio à segunda metade do século XIII, a aquisição integral e plena da totalidade dos senhorios muçulmanos encravados na *Andaluzia Bética*. Havia, ainda, uma série de senhorios a serem conquistados, como o reino *taifa* de Niebla, os senhorios muçulmanos de Arcos e Lebrija, etc, além da eminente presença do sultanato *nazarí* de Granada, que se encontrava em mãos muçulmanas, porém, sob o regime de *párias* frente ao reino castelhano-leonês.

Esta configuração senhorial do reino castelhano-leonês, vislumbrada a partir da segunda metade do século XIII, legara ao monarca Alfonso X uma série de responsabilidades régias a serem rapidamente contempladas a fim de se manter a jurisdição sobre os senhorios conquistados há algum tempo e, sobretudo, em torno dos recentemente adquiridos, devendo, nesse último caso, operacionalizar apressuradamente os mecanismos de repartição e de repovoamento de tais senhorios, o que implicava no pronto estabelecimento de cristãos, a partir das execuções dos expedientes de concessões senhoriais, e na resolução da situação dos habitantes muçulmanos daqueles senhorios andaluzes, os chamados *mudéjares*.⁶

Á vista disso, a preocupação com os assuntos da *ordo* militar e bélica se apresentara como uma tônica mais do que constante no pensamento diretivo alfonsino, uma vez que este se encontrava ciente que para manter os *señoríos* do *regno*, haveria de dedicar uma especial atenção aos caracteres militares e bélicos, por serem estes, seguramente, os artifícios *sine qua non* para a efetivação de uma almejada consolidação senhorial. Mais do

⁶ O termo *mudéjar* será utilizado no decurso deste artigo para caracterizar aos muçulmanos que continuaram a residir nos territórios andaluzes, por meio da operação de pactos que lhes permitiriam a continuidade de predicação de sua fé, dos seus costumes e da sua língua, após a conquista destes senhorios pelos reinos cristãos peninsulares, em especial, o Reino de Castela e Leão, durante o processo de *Reconquista*. Derivando do vocábulo árabe *mudayyan*, o qual equivale a “aquele há que se permitiu permanecer”, “submetido” ou “aquele que paga tributo”, a palavra *mudéjar* não aparece na documentação medieval ibérica, seja nas fontes cristãs ou nas andaluzas, sendo assim uma criação etimológica de uma historiografia do século XIX. MAÍLLO SALGADO, Felipe. *Vocabulario básico de historia del Islam*, Madrid: Akal Universitária, 1987, p. 116.

que apenas a manutenção dos senhorios outrora conquistados, este quadro também permitiria ao monarca operacionalizar as guerras que lograriam progressivamente a ampliação dos senhorios pertencentes ao reino castelhano-leonês.

Este reconhecimento se refletiria nos mais diversos campos da produção intelectual alfonsina, seja em seus ordenamentos jurídicos que se apresentariam profundamente permeados por um vasto conjunto de diretrizes legais voltadas a regular a Guerra e o Direito Militar, como igualmente, inclusive, em suas *Cantigas de Santa Maria*, as quais, a despeito de suas essências devocionais, acabam por exteriorizarem uma gama de informações a respeito das guerras travadas pelo monarca castelhano-leonês Alfonso X e as jurisdições senhoriais nas fronteiras castelhano-andaluzas.

Apesar de toda esta importância nutrida pelo *fenômeno-guerra*, parafraseando a expressão outrora cunhada pelo polemologista Gaston Bouthol,⁷ se faz preciso reconhecer que o metiê historiográfico ainda não contemplara estas questões com o foco e a profundidade necessárias. Parece-nos que algumas questões podem ser devidamente apontadas como os possíveis móveis historiográficos que explicariam esta “marginalização” dos estudos sobre a funcionalidade da Guerra e da Estrutura Militar durante o reinado alfonsino.

Um primeiro ponto a ser destacado se refere ao fato de que uma parcela significativa dos medievalistas, os quais engendram o que denominamos como *Historiografia Alfonsina*, tem seguramente negligenciado a intensa atividade bélica empreendida por Alfonso X durante o decurso de seu reinado. Em vista disso, a sua faceta enquanto monarca-guerreiro tem sido sempre relativizada, ou, para melhor definir, preterida, enquanto que os seus reconhecidos labores políticos, culturais, jurídicos e, inclusive, devocionais, acabam por ocuparem, ainda, a quase totalidade dos estudos dedicados às estruturas de seu reinado.

A fim de demonstrarmos como chegamos a esta primeira constatação efetuada em torno das ausências de estudos sobre a Guerra e a Estrutura Militar no reinado de Alfonso X, efetuaremos, agora, uma sucinta síntese relativa ao *estado da arte* da *Historiografia Alfonsina*.

As reflexões historiográficas produzidas sobre o reinado alfonsino durante os

⁷ Trata-se de um renomado sociólogo francês responsável pela fundação, em 1945, da chamada *Polemologia*, um ramo particular da Sociologia destinada a estudar o que caracterizaria como *fenômeno-guerra*, em suma, as guerras enquanto fenômenos sociais localizados no tempo e no espaço. BOUTHOL, Gaston. *Le Phénomène-Guerres*. Paris: Librairie Payot, 1962.

séculos XVI-XIX:

Para contemplarmos as primeiras abordagens oferecidas ao reinado de Alfonso X, devemos nos encaminhar então ao século XVI e XVII, a fim de encontrarmos as obras, *Historiae de Rebus Hispaniae* e *Memorias Históricas del Rei D. Alonso el Sabio i observaciones a su Crónica*, elaboradas, respectivamente, pelo jesuíta e cronista espanhol, Juan de Mariana, e pelo Marquês de Mondéjar, Gaspar Ibañez de Segóvia.

Ao compor a sua *Historiae de Rebus Hispaniae*, publicada inicialmente em latim no ano de 1592 e posteriormente em castelhano em 1601, o jesuíta Juan de Mariana intencionara descrever a história espanhola desde a sua suposta origem, quando ocorrera a “fertilidad de España” após o dilúvio bíblico, até a morte do monarca Fernando (1479-1516), o Católico, não tendo ultrapassado aquela fronteira biográfica, mediante o seu ímpeto de não “passar mais adiante e relatar as coisas mais modernas, a fim de não machucar alguns [indivíduos] acaso dissesse a verdade, nem faltar ao dever se a ocultasse”.⁸

A natureza de sua narrativa o impelira então a, em dado momento, analisar a personalidade do monarca Alfonso X por meio do acurado exame dos acontecimentos políticos, militares, diplomáticos, etc, vivenciados por este durante o decurso de seu reinado. Para o jesuíta Juan de Mariana, em virtude de sua marcante arrogância e especialmente por conta de suas precipitadas medidas políticas, econômicas, jurídicas, etc, o monarca Alfonso X acabou sendo rapidamente “detestado pelo povo”⁹ no decurso de seu reinado.

Uma passagem, em especial, nos ajuda sobremaneira a contemplar a percepção construída por Juan de Mariana em torno da figura monárquica alfonsina. Para este:

Dom Alfonso, Rei de Castela, era uma pessoa de alta inteligência, porém pouco recatado, de postura soberba, e linguagem sem restrições, era mais capacitado para as letras, que para o governo dos vassallos: de tanto contemplar o céu e olhar as estrelas, acabou perdendo a terra e o reino.¹⁰

Este gênero de conclusão profundamente depreciativo a que chegara o jesuíta espanhol acabaria por influenciar intensamente às percepções construídas em torno do reinado de Alfonso X, por uma parcela significativa não somente da historiografia

⁸ “Pasar más adelante y relatar las cosas más modernas, por no lastimar a algunos si decía la verdad, ni faltar al deber si la disimulaba.” MARIANA, Juan de. **Historia general de España**. Tomo I. Madrid: Imprenta y librería de Gaspay y Roig, 1852, p.4. Disponível para consulta em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/009266049>. Último acesso: 5 de fevereiro de 2018.

⁹ “El rey don Alonso no tenía la misma fama en todas las partes, y cerca de todas las naciones. En España en su reino sin duda era aborrecido del pueblo”. Ibidem, p.404.

¹⁰ “Don Alonso rey de Castilla era persona de alto ingenio, pero poco recatado, sus orejas soberbias, su lengua desenfreada, mas á proposito para las letras, que para el gobierno de los vassallos: contemplaba al cielo y miraba las estrellas; mas en entretanto perdió la tierra y el reino”. MARIANA, op.cit, p.416.

espanhola, mas como também de outros centros historiográficos do Ocidente Europeu, até ao menos a metade do século XX.

Tais reflexões historiográficas, influenciadas por este espectro negativo, acabaram sendo norteadas “pelo engrandecimento de Alfonso X como intelectual e pela diminuição de sua figura como político e governante”.¹¹ Basta que mencionemos, por exemplo, que a despeito de toda a “quebra” recentemente operada em torno desta percepção depreciativa, encontramos, ainda, alguns “discípulos” deste paradigma mariano, os quais, procuram nortear as suas reflexões por meio da constatação de uma “paradoxal dualidade”: o monarca castelhano-leonês Alfonso X fora seguramente “um rei doutor em sabedoria e burro em administração pública”.¹²

Há de se mencionar que, apesar de todas estas formulações negativas, o jesuíta não se negara a constatar as notáveis competências bélicas dispostas pelo monarca Alfonso X. Assim sendo, Juan de Mariana tratou de reforçar que ainda que este monarca se apresentasse profundamente inapto para desempenhar algumas funções políticas e diplomáticas basilares que ensejavam o ofício régio, não se poderia negar que este fora “instruído igualmente nas artes da paz e da guerra”¹³ de maneira tal que “com suas armas e por meio de sua diligência, os limites de seu *Estado* foram ampliados”.¹⁴

Pouco menos de um século após a publicação do jesuíta Juan de Mariana, o *Marquês de Mondéjar*, Gaspar Ibáñez de Segóvia (1628-1708), procurou “redimir” a imagem alfonsina por meio da composição de sua *Memorias Históricas del Rei D. Alonso el Sabio i observaciones a su Crónica*.

Com esta sua obra de caráter biográfico, Gaspar Ibáñez de Segóvia procurara restaurar a imagem alfonsina, como revelara expressamente em uma paradigmática passagem que certamente figurara como uma incisiva crítica à obra de Juan de Mariana e aos seus seguidores, posto que esta se encontrava, ainda, sendo alvo de uma:

Continuada omissão e pouca diligência de nossos escritores, [de maneira que] ofereço agora ao juízo de todos, estas Memórias de vida e ações do Rei D. Alfonso, o Sábio, eleito Imperador: cuja gloriosa fama se apresenta tão indignamente lastimada e ofendida, não somente entre eles, mas sim entre os estranhos que seguindo-os, repetem as suas inadvertências, para não se comprometerem em reconhecer os grandes e continuados elogios com que

¹¹ REIS, Jaime Estevão dos. *Território, Legislação e Monarquia no reinado de Alfonso X, o Sábio (1252-1284)*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2007, 250 f, p.13. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103168/reis_je_dr_assis.pdf?sequence=1. Último acesso: 5 de fevereiro de 2018.

¹² Para o historiador espanhol Javier Leralta, o monarca castelhano-leonês Alfonso X seguramente agira como “un rey doctor en sabiduría y torpe en administración pública”. In: LERALT, Javier. *Apodos reales: historia y leyenda de los motes regios*. Madri: Sílex, 2008, p. 169.

¹³ “Deciase que era elocuente, sagaz, instructo igualmente en las artes de paz y de la guerra”. MARIANA, op.cit, p.404.

¹⁴ “En la guerra no tuvo menor esfuerzo: con sus armas y por su diligencia se ensancharon los términos de su estado”. Ibidem, p.407.

os Sumos Pontífices celebraram suas esclarecidas virtudes e ações e os escritores que floresceram na mesma idade, os quais como testemunhas de maior exceção preferem justamente as calúnias, com as quais obscurecem os modernos, mais por habitual negligência do que por cuidadosa malignidade.¹⁵

Nesta obra panegírica em favor de Alfonso X, o Marquês de Mondéjar acaba por descrever as guerras que foram travadas pelo monarca castelhano-leonês nos senhorios muçulmanos da *Andaluzia Bética*, procurando realçar o seu protagonismo, o acerto de suas ações bélicas, em contrapartida, aos episódios de traições, rebeliões, encabeçados pela aristocracia do reino castelhano-leonês.

Por certo, a imagem construída por Gaspar Ibáñez de Segóvia, que tivera grande circulação no entorno régio durante os reinados dos monarcas espanhóis, Carlos II (1665-1700) e Felipe V (1700-1724), se difere profundamente da produzida anteriormente pelo jesuíta Juan de Mariana. Entretanto, parece-nos que apesar de divergirem quanto às capacidades políticas e administrativas alfonsinas, ambos parecem concordar ao menos quanto a sua notável competência bélica, pois, procuram sublinhar em inúmeros momentos de suas respectivas obras como este monarca se mostrara sempre apto a desempenhar com esmero, uma série de procedimentos belicosos nas fronteiras castelhano-andaluzas, as quais, significaram tanto a consolidação como a ampliação dos senhorios castelhano-leoneses na *Andaluzia Bética*.

É, fato, pois, que estas obras produzidas por essas personalidades espanholas se enquadravam no gênero das “histórias nacionais” calcadas em crônicas.¹⁶ Estes grandes compêndios de natureza cronística, procuravam retratar as supostas origens identitárias nacionais, destacando as grandes personagens monárquicas, as linhagens aristocráticas e os feitos políticos e bélicos que, em suas visões, conformaram a natureza da nação que se gestava e se encontrava em processo de consolidação.

¹⁵ “Pero para no dejar sin alguna muestra de mi trabajo, i manifiesta la continuada omission i poca diligencia de nuestros escritores, ofrezco ahora al juicio de todos estas Memorias de la vida i acciones del Rei D. Alonso el Sabio, electo Emperador: cuya gloriosa fama se ofrece tan indignamente lastimada i ofendida, no solo en ellos, sino en los estraños, que siguiéndolos, repiten sus inadvertencias, por no embarazarse en reconocer los grandes i continuados elogios, con que celebran - sus esclarecidas virtudes i acciones los Pontífices Sumos, i los escritores que florecieron en su misma edad, i que como testigos de mayor excepción deven justamente preferir a las calumnias, con que las obscurecen los modernos, mas por habituada negligencia, que por cuidadosa malignidade”. IBÁÑEZ DE SEGÓVIA, Gaspar. *Memorias históricas del Rei D. Alonso el Sabio, i observaciones a su Chronica*. Madrid: en casa de D. Joachin Ibarra...: Se hallarán en la librería de D. Bernardo Alverà, 1777, p.23. Disponível para consulta em: <http://www.cervantesvirtual.com/obra/memorias-historicas-del-rei-d-alonso-el-sabio-i-observaciones-a-su-chronica-0/> Último acesso: 5 de fevereiro de 2018.

¹⁶ PASAMAR, Gonzalo. *Apologia and criticism: historians and the history of Spain, 1500 – 2000*. Bern: Peter Lang, 2010, p.11.

Estes paradigmas paradoxalmente divergentes – no que se refere a percepção em torno das habilidades políticas do monarca – e convergentes – no que tange a constatação de sua habilidade militar e bélica – certamente poderiam ter ocasionado as gestações de uma gama de discípulos, promotores e reprodutores de cada um dos espectros, e por conseguinte, de calorosos debates em torno desta problemática no decorrer do seguinte século XVIII. Entretanto, observamos, paradoxalmente, a progressiva emergência de um processo de “letargia e esquecimento” da figura alfonsina no bojo da historiografia espanhola.

Se toda ausência nos revela uma presença, cabe-nos tentar conjecturar nos âmagos dos “não-ditos”, as possíveis causas para esse esquecimento da figura monárquica alfonsina no decorrer de todo o século XVIII. Conforme Pasamar, a partir do século XVIII, os intelectuais espanhóis passaram a buscar a edificação de uma história mais “civil”, não restrita apenas aos “grandes personagens”, em suma, aos monarcas, aos aristocratas e ao clero de outrora. Com esta mudança de “postura historiográfica” – plenamente calcada em uma perspectiva iluminista – uma gama de novas temáticas passaram a abarcar a quase totalidade dos estudos históricos espanhóis: a agricultura, a literatura, o povo, e etc.¹⁷

Ora, parece-nos que esta transformação operada no metiê historiográfico espanhol no decorrer do século XVIII, certamente figura como uma justificativa coerente a hora de se entender a natureza institucional desta notável ausência de reflexões em torno da figura de Alfonso X. Por conta desta “marginalização” dos estudos das “grandes personagens”, as abordagens alfonsinas acabaram entrando em um secular período de esquecimento nas penas dos intelectuais espanhóis, mais dedicados em compreenderem a participação de outras personagens e estruturas, sobretudo o “povo”, na formação da identidade nacional.

Entretanto, não tardaria para que a figura alfonsina retornasse aos “holofotes” da escrita histórica espanhola. A chegada do século XIX significara uma nova transformação no pensamento intelectual espanhol: a partir deste momento, os historiadores passaram a valorizar a profunda erudição diante do manejo das fontes e também o forte profissionalismo como fundamentos basilares do metiê historiográfico. Munidos desta nova postura “profissional”, os historiadores se dedicam a comporem cada vez mais “estudos temáticos especializados” em oposição as composições das grandes “histórias nacionais”.¹⁸

¹⁷ PASAMAR, op.cit, p.31-32.

¹⁸ Ibidem, p.91.

Esta tendência em direção a uma rotunda “especialização” acarretara, a partir de todo o século XIX, a gestação de um filão temático que abarcaria uma gama de abordagens particularmente orquestradas em torno de uma problemática: o campo do Direito no reinado do monarca Alfonso X. Foi justamente com o propósito de problematizar acuradamente as datações e as naturezas dos ordenamentos jurídicos alfonsinos que uma gama de filólogos, juristas e historiadores passaram a desviarem os seus acurados olhares em direção aos ordenamentos jurídicos alfonsinos. Na primazia deste paradigma se encontrara o filólogo, jurista e historiador do direito espanhol, Francisco Martínez Marina (1754-1833), posto que empreendera o primeiro estudo sobre os ordenamentos jurídicos alfonsinos.¹⁹

Como uma clara consequência deste movimento de “especialização”, foram oferecidas, durante os três primeiros quartos do século XX, uma série de abordagens em torno das estruturas jurídicas do reinado alfonsino, os quais seguiam os rastros dos debates iniciados, no século XIX, por Francisco Martínez Marina. Cabe-nos destacar as abordagens fornecidas por uma ala, em especial, do campo do Direito: os historiadores do Direito.

Nesse sentido, as reflexões oferecidas por juristas como Alfonso Garcia- Gallo, Arias Bonet, Aquilino Iglesia Ferreirós e José Sánchez-Arcilla Bernal foram cruciais por efetuarem uma série de problematizações em torno de uma gama de questões intrínsecas as obras jurídicas alfonsinas, em especial, as suas datações, os seus processos de composição e, sobretudo a natureza dos propósitos jurídicos almejados com as suas outorgas.

Estes trabalhos produzidos em torno da tríade alfonsina por intelectuais oriundos do campo do Direito certamente trouxeram uma gama de benefícios para os estudos alfonsinos, posto que a utilização por parte destes dos habituais instrumentos de seu metiê jurídico também a hora de analisar os compêndios alfonsinos, acabou por legar a tais trabalhos uma profundidade no que tange a interpretação de questões relativas precisamente a seara político-jurídica que serviria de modelo e base, inclusive, para os trabalhos vindouros, produzidos pelos historiadores, os quais, passaram a se servir desta interdisciplinaridade.²⁰

¹⁹ MARTÍNEZ MARINA, Francisco Javier. **Ensayo historio-científico sobre la legislación y principales cuerpos legales de los reinos de León y Castilla especialmente sobre el código de las Siete Partidas de Don Alonso el Sabio**. Madrid: Imprenta de la hija de D. Joaquín Ibarra, 1808.

²⁰ Dentre tantos trabalhos, cabe-nos mencionar alguns deles: GARCÍA-GALLO, Alfonso. El libro de las Leyes de Alfonso X el Sabio. Del Espéculo a las Partidas. **Anuario de Historia del Derecho Español**, Madrid: CSIC, n.21/22, p.345-528, 1951/1952; ARIAS BONET, J. La Primera Partida y el problema de sus diferentes versiones a la luz del manuscrito del British Museum. In: ALFONSO X EL SABIO. Primera Partida, según el manuscrito Add. 20787 del British Museum. Valladolid: Universidad de Valladolid, 1975, p.47-103; IGLESIA FERREIRÓS, A. Alfonso X el Sabio y su obra legislativa:

A “explosão historiográfica” dos estudos alfonsinos a partir da década de 1980:

Por mais que estas “reflexões especializadas” em torno do campo do Direito no reinado alfonsino tenham sido oferecidas nos três quartos iniciais do século XX, se faz preciso reconhecer, como destacara González Jiménez, que fora seguramente a partir da década de 1980 que os estudos alfonsinos ganharam uma ampla efervescência no metiê historiográfico, quando se passa a observar:

Uma explosão, em um e outro lado do Atlântico, de congressos, reuniões científicas e publicações sobre Alfonso X. Desde então, a bibliografia sobre o Rei Sábio, seu reinado e sua obra, tem experimentado um crescimento espetacular, que algum dia terá que ser avaliado (...) E [cada vez mais] tem aparecido novas biografias do monarca e livros coletivos nos quais se estudam aspectos concretos de seu reinado, de sua obra e de sua época. Em definitivo, desde ao menos dois decênios, se vem produzindo uma revisão geral do reinado de Alfonso X.²¹

O medievalista espanhol Francisco García Fitz também detectara a natureza desta “explosão” historiográfica ocorrida em torno da figura alfonsina a partir dos anos 1980 ao sublinhar que:

Em meados dos anos oitenta, os estudos que, de forma monográfica ou parcial, tinham refletido acerca da história de Alfonso X em qualquer de suas vertentes, constituíam já um verdadeiro corpus (...) Desde então, a produção historiográfica sobre este monarca não parou de crescer. A segunda metade daquela década conheceu uma verdadeira “inundação” de estudos alfonsinos, a maior parte deles conectados com a celebração do VII Centenário da morte do rei.²²

Esta célebre “explosão” ocorrida no âmago da *Historiografia Alfonsina*, a qual resultara em um progressivo desenvolvimento de uma gama de abordagens

algumas reflexiones. *Anuario de Historia del Derecho Español*. Madrid: CSIC, 1980. p.530-561; SÁNCHEZ-ARCILLA BERNAL, J. Estudio Introductorio. In: ALFONSO X. Las Siete Partidas. Ed. José Sánchez-Arcilla Bernal. Madrid: Reus, 2004. p.XIII-XXXVI.

²¹ “Una explosión, a uno y otro lado del Atlántico, de congresos, reuniones científicas y publicaciones sobre Alfonso X. Desde entonces, la bibliografía sobre el Rey Sabio, su reinado y su obra, ha experimentado un crecimiento espectacular, que algún día habrá que evaluar (...) Y han aparecido nuevas biografías del monarca y libros colectivos en los que se estudian aspectos concretos de su reinado, de su obra y de su época. En definitiva, desde hace dos decenios se viene produciendo una revisión general del reinado de Alfonso X”. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X el Sabio*. Barcelona: Ariel, 2004, p.7-8.

²² “Lógicamente, este interés no es nuevo. A mediados de los años ochenta, los estudios que, de forma monográfica o parcial, se habían acercado a la historia de Alfonso X en cualquiera de sus vertientes, constituían ya un verdadero corpus, tal como se encargó de demostrar Luis M. García- Sabell [sic] en un trabajo que se convirtió en un imprescindible estado de la cuestión de los estudios alfonsies con anterioridad a 1985. Desde entonces, la producción historiográfica sobre este monarca no ha dejado de crecer. La segunda mitad de aquella década conoció una verdadera ‘inundación’ de estudios alfonsies, la mayor parte de ellos conectados con la celebración del VII Centenario de la muerte del rey”. GARCÍA FÍTZ, Francisco. Aportaciones de la última década (1990-1998). *Alcanate*, I, 1998, p.285-314, p.285-286. Disponível para consulta em: http://institucional.us.es/revistas/alcanate/1/noticia_31.pdf

historiográficas em torno de diversificadas temáticas ainda não problematizadas até aquele momento, ocorrera justamente no peculiar contexto em que se completavam setecentos anos do falecimento do monarca Alfonso X, no ano de 1984.²³ Ao analisarmos as temáticas referendadas no cerne desta *Historiografía Alfonsina* pós-1984, chegamos à constatação de que a sua constituição se apresenta:

Bastante diversificada. Os principais temas abordados, além das biografias, são: a obra cultural de Alfonso X, seu pensamento político, suas pretensões imperiais, os conflitos relativos à sua sucessão, a política econômica, as obras jurídicas e a legislação alfonsina.²⁴

Como todo “historiador é necessariamente um selecionador”,²⁵ cuja função exige um árduo trabalho de escolha, e porque não, de exclusão, de seus objetos de problematização, trataremos então de explicitarmos algumas das principais abordagens historiográficas oferecidas ao reinado alfonsino, procurando distingui-las a partir de uma série de matizes, em suma, procurando separá-las conforme as suas orientações particulares, os seus eixos temáticos, a fim de demonstrarmos, ao término, como se faz perceptível à existência de uma significativa lacuna a ser, ainda, devidamente preenchida, em torno dos estudos sobre a Guerra e a Estrutura Militar no reinado de Alfonso X.

A guerra nas reflexões biográficas sobre o reinado alfonsino:

Quanto às biografias produzidas sobre o reinado de Alfonso X,²⁶ podemos mencionar as obras elaboradas por medievalistas como Antonio Ballesteros Beretta, Félix Pérez Algar, Manuel González Jiménez, Joseph O’Callaghan, Julio Valdeón Baroque, Heitor Salvador Martinez, dentre outras. São obras que, em diferentes graus, procuram empreender a uma análise acerca dos caracteres relativos à figura alfonsina e ao reino castelhano-leonês, problematizando principalmente os episódios políticos ocorridos perante a aristocracia, através de um profundo cotejamento das fontes.

²³ Seguramente um dos principais símbolos desta “explosão” ocorrida a partir dos anos 1980 em torno dos estudos alfonsinos se apresenta a fundação da *Alcanate – Revista de Estudios Alfonsies* em 1998. Sediada na cidade de El Puerto de Santa María, em Cádiz, esta revista historiográfica se dedica a “rendir el culto debido a nuestro gran Rey Sabio y facilitar con ello áreas de conocimiento histórico”, através da publicação de uma gama de ensaios e artigos sobre questões relativas exclusivamente ao reinado de Alfonso X. A revista em questão se encontra hospedada no seguinte domínio: <https://editorial.us.es/es/alcanate-revista-de-estudios-alfonsies>.

²⁴ REIS, op.cit, p.15.

²⁵ CARR, Edward Hallet. *O que é história?* 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996, p.48.

²⁶ BALLESTEROS BERETTA, Antonio. *Alfonso X el Sabio*. Barcelona: Salvat, 1963; PÉREZ ALGAR, Félix. *Alfonso X, el Sabio*. Madrid: Studio Generalis, 1997; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. *Alfonso X el Sabio*. Barcelona: Ariel, 2004; O’CALLAGHAN, Joseph. *El Rey Sabio: el reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla: Universidad Sevilla, 1999; VALDEÓN BARUQUE, Julio. *Alfonso X el Sabio. La forja de España moderna*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy, 2003; SALVADOR MARTÍNEZ, Heitor. *Alfonso X el Sabio: una biografía*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003.

Nestas reflexões biográficas, evidentemente que as guerras travadas por Alfonso X frente aos senhorios muçulmanos da *Andaluzia Bética* acabaram sendo problematizadas, porém, com exceção a obra de González Jiménez, a qual procura problematizar, na medida do possível, às guerras travadas dentro de um paradigma de ampliação e consolidação senhorial, em geral, estas abordagens biográficas acabaram condensando em poucas páginas, o amplo quadro das guerras alfonsinas, não aprofundando, assim, nas inúmeras problemáticas bélicas sobressalentes, em virtude da pungente necessidade de se efetuar a mesma condensação de natureza factual, frente às demais temáticas inerentes ao reinado alfonsino.

A guerra nas obras sobre a cultura durante o reinado alfonsino:

No que tange as questões culturais, se destacam as reflexões oferecidas por medievalistas como Maria Guadalupe Pedrero-Sánchez, Ana Dominguez Rodríguez e Robert Burns, dentre outros.²⁷ Em tais abordagens, as guerras empreendidas por Alfonso X raramente são reportadas. Quando as menções são efetuadas, estas ocorrem apenas em condensadas linhas, a fim de não ocuparem o espaço do que realmente seria aprofundado: as diversas produções culturais alfonsinas, desde as obras de Astrologia até as Cantigas de Santa Maria.

Parece-nos bastante paradigmático, neste sentido, o modo notavelmente sintético como o medievalista norte-americano Robert Burns referenciara as empresas belicosas e as relações militares orquestradas por Alfonso X, em sua obra coletiva, publicada em 1990, dedicada a contemplar as diversificadas facetas do “Imperador da Cultura”.

Nesta sua atividade de glorificação do monarca responsável por protagonizar o “Renascimento Castelhana”,²⁸ Burns acaba oferecendo as empresas belicosas orquestradas por Alfonso X, apenas algumas parcas considerações de conjunto. Ao efetuar uma espécie de resumo biográfico de Alfonso X nas primeiras páginas de seu capítulo, Burns condensara as guerras empreendidas por este monarca castelhana-leonês em um único parágrafo no qual se descreve que:

²⁷ PEDRERO-SÁNCHEZ, Maria Guadalupe. O saber e os centros de saber nas Sete Partidas de Alfonso X, o Sábio. *Véritas*, Porto Alegre, v.43, n.3, p.577-592, 1998; MONTOYA MARTÍNEZ, J.; DOMÍNGUEZ RODRÍGUEZ, A. *El scriptorium alfonsí: de los libros de astrologia a las Cantigas de Santa María*. Madrid: Complutense, 1999; BURNS, Robert. *Emperador of culture: Alfonso X the learned of Castile and his thirteenth-century renaissance*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1990.

²⁸ “Alfonso did not merely preside over his Castilian renaissance but was both instigator and personal participant in its multiple manifestations. Nor did he merely plunge into cultural activities as an aesthete, indulging a voracious appetite...” BURNS, op.cit, p.5.

Sua primeira década no trono de Castela foi belicosa, com aventuras armadas contra Portugal no Oeste, Navarra e a Aquitânia no Norte, e o Marrocos no Sul (onde invadiu Salé em 1260). Contra o Islã ressurgente, se agarrou as conquistas de seu pai, reconquistando dolorosamente a rebelde Múrcia, tomando o Cativoiro de Cádiz, e gerando contracruzadas do norte da África e de Granada nas décadas de 1260 e 1270.²⁹

Percebemos, portanto, que estas reflexões historiográficas procuram situar as guerras operacionalizadas pelo monarca castelhano-leonês Alfonso X apenas como parte integrante de uma contextualização histórica de seu reinado, haja vista que prezam pela problematização dos caracteres sociais e culturais.

A guerra nas obras sobre a política no reinado alfonsino:

As questões ligadas à ordem política do reinado alfonsino também tem sido profundamente problematizadas, desde algum tempo, por uma gama de medievalistas. São os casos, por exemplo, de José Antônio Maravall, Adeline Rucquoi, José Manuel Nieto Soria, Teófilo Ruiz e Peter Linehan, que em suas abordagens se ocuparam em analisarem os fundamentos ideológicos do poder monárquico em Castela-Leão durante a Idade Média Central, tomando como referencial as transformações ocorridas durante o reinado alfonsino.³⁰

Nestas abordagens, a Guerra emerge como um caractere crucial na conformação do poder monárquico castelhano-leonês, seja na confluência ou não com elementos sacralizantes. Basta que nos acerquemos das reflexões produzidas por Adeline Rucquoi e Teófilo Ruiz em torno dos fundamentos da realeza castelhano-leonesa para observarmos este papel conferido a Guerra em tais análises.

Em dado momento de sua problematização, Rucquoi chama a atenção para a atuação das guerras da *Reconquista* como um dos principais fundamentos operantes na configuração do poder monárquico castelhano-leonês. Segundo esta medievalista:

A Reconquista, empresa militar e religiosa, foi indubitavelmente uma das bases do poder real na Espanha Medieval. Empresa de caráter militar, a

²⁹ "His first decade on Castile's throne was bellicose, with armed adventures against Portugal on the west, Navarre and English Aquitaine on the north, and Morocco on the south (which he invaded at Sale in 1260). Against resurgent Islam, he clung to his father's conquests, painfully reconquering rebellious Murcia, taking the Atlantic holdout Cadiz, and stemming general counter-crusades from North Africa and Granada in the 1260s and 1270s". Ibidem, p.3.

³⁰ NIETO SORIA, José Manuel. *Fundamentos ideológicos del poder real en Castilla (siglos XIII – XVI)*. Madrid: Eudema, 1988; MARAVALL, José Antônio. *Del regimen feudal al regimen corporativo en el pensamiento de Alfonso X. Estudios de historia del pensamiento español*. Serie primera: Edad Media. Madrid: Ediciones Cultura Hispánica, 1983; LINEHAN, Peter. *History and historians of medieval Spain*. Oxford: Clarendon Press, 1993; RUIZ, Teófilo. *Une royauté sans sacre: la monarchie castillane du Bas Moyen Age. Annales Économies Sociétés Civilisations*. Paris: A.Colin, n.34, p.429-453, 1984; RUCQUOI, Adeline. *De los reyes que no son traumatizados los fundamentos de la realeza en España. Relaciones. Estudios de Historia y Sociedad*. Vol.XIII. N.51. 1992, p.55-100.

Reconquista permitiu ao rei ser um *defensor patriae perpétuo*, um nobre e um cavaleiro, e exercer assim o mais alto grau da função guerreira própria da casta nobiliárquica medieval.³¹

Ainda conforme Rucquoi, o próprio conceito de poder enquanto imperium teria se enriquecido a partir da “valorização do rei como nobre e cruzado, defensor de seu reino e da Cristandade, cabeça de uma sociedade organizada para a guerra”.³²

Por conseguinte, em seu artigo, *Uma realeza sem sacralidade: a Monarquia Castelhana durante a Baixa Idade Média*, publicado em 1984, Ruiz apresenta uma gama de argumentos a fim de destacar o caráter dessacralizado da monarquia castelhana-leonesa, em oposição à sacralidade característica das monarquias francesas e inglesas. Conforme este:

Quando os reis da Espanha reivindicaram certos direitos sobre a Igreja, eles o fizeram por que: 1) conquistaram a terra dos mouros, transformaram mesquitas em igrejas e substituíram o nome de Maomé pelo de Cristo. 2) Eles fundaram igrejas onde não existiam. 3) Eles fizeram doações significativas para essas igrejas (...) Em Castela, embora os reis tivessem um *status* particular - já que detinham o poder político e eram os líderes da *Reconquista* - eles não reivindicavam nenhum direito sagrado.³³

A Guerra emerge então, em dado momento, como um dos pontos centrais da argumentação de Ruiz em sua defesa frente a um caráter secular da jurisdição monárquica.

Para este, os monarcas castelhana-leoneses:

Assentaram amplamente a sua legitimidade de acordo com sua tradição guerreira (...) o soberano era primeiramente o chefe das armas. Ele era Rei porque continuava a dirigir a guerra contra os mouros, liderando o reino na eterna e antiga luta para recuperar as terras do inimigo. (...) É claro que havia elementos religiosos poderosos, mas era, em muitos aspectos, a resposta para a dinâmica de uma sociedade de fronteira e de uma expansão territorial.³⁴

³¹ “La Reconquista, empresa a la vez militar y religiosa, fue indudablemente una de las bases del poder real en la España medieval. Empresa de carácter militar, la reconquista permitió al rey ser un defensor patriae perpetuo, un noble y un caballero, y ejercer así al más alto grado la función guerrera propia de la casta nobiliária medieval”. RUCQUOI, op.cit, p.68.

³² “El concepto de poder como imperium o poder absoluto se enriqueció, por lo tanto, con la valoración del rey como noble y cruzado, defensor de su reino y de la cristiandad, cabeza de una sociedad organizada para la guerra”. Ibidem, p.69-70.

³³ “Lorsque les rois d’Espagne réclamèrent certain droits sur l’Église dans les Partidas, ils le faisaient parce que: 1) ils avaient conquis la terre sur les maures, transformé les mosquées en églises et remplacé le nom de Mahomet par celui de Christ. 2) Ils avaient fondé des églises là où il n’y en avait jamais eu. 3) Ils avaient fait des dons importants à ces églises (...) On peut voir là l’engagement des rois et du peuple dans la construction d’une nation et d’un idéal, se développant pendant des siècles de bataille et de conflit. En Castille, bien que les rois aient eu un statut particulier - puisque détenant le pouvoir politique, ils étaient aussi les chefs de la Reconquête - ils ne prétendaient à aucun droit sacré”. RUIZ, op.cit, p.446.

³⁴ “Les rois et le royaume définissent en grande partie leur légitimité en fonction de leur tradition guerrière. Nous avons déjà longuement insisté dans les pages précédentes sur le fait que le souverain était d’abord le chef des armées. Il était roi parce qu’il continuait et dirigeait la guerre contre les maures, parce qu’il conduisait le royaume dans l’éternelle vieille lutte pour reprendre la terre à l’ennemi. Ceci, malgré les aspects divins tant soulignés par Castro et d’autres, n’était ni une guerre raciale ni une guerre religieuse. Ce n’était pas la glorieuse Reconquête des historiens espagnols.

Uma outra questão relativa ao cenário político alfonsino tem suscitado particularmente as atenções de uma série de medievalistas: o chamado *Fecho del Imperio*. Autores como Carlos Ayala Martínez, Manuel González Jiménez, Carlos Estepa Díez, Jerry Craddock e C.J.Socarrás, dentre outros, desenvolveram uma gama de reflexões atentando tanto para os estratagemas utilizados por Alfonso X durante o período de *interregno* ocorrido no trono do Sacro Império Romano-Germânico, como também para as consequências ocorridas no seio do reino castelhano-leonês por conta da extrema dedicação conferida pelo monarca a estes assuntos relativos à diplomacia e a política externa.³⁵

Em tais abordagens, a questão da Guerra quando não desaparece por completo, emerge rapidamente em meio à uma sucinta descrição do conturbado cenário político-militar vivenciado por Alfonso X no âmbito interno de Castela-Leão, enquanto desenvolvia as suas operações políticas e diplomáticas externas. Basta que mencionemos, por exemplo, que Ayala Martínez mencione apenas que no decurso de 1275, “não somente Granada havia rompido as suas tréguas, mas também havia facilitado a mais devastadora campanha de invasão que havia sofrido Castela desde há mais de um século”.³⁶

A guerra nas obras sobre a economia no reinado alfonsino:

Em relação aos aspectos econômicos, podemos citar os trabalhos largamente desenvolvidos por Miguel Angel Ladero Quesada, Guilherme Castán Lanaspá, José Damian González Arce e José Luis Martín. Tais autores procuraram analisar profundamente a natureza do programa econômico pensado por Alfonso X para os senhorios do reino castelhano-leonês, concebendo uma especial atenção as questões monetárias e fiscais e conseqüentemente aos problemas encontrados por este monarca frente à aristocracia, suscitados pelos descontentamentos nascidos no bojo destas questões.³⁷

Bien sûr, il y avait de puissants éléments religieux, mais c'était, à bien des égards, la réponse à la dynamique d'une société de frontière et d'une expansion territoriale". Ibidem.

³⁵ AYALA MARTÍNEZ, Carlos. Alfonso X: beaucaire y el fin de la pretensión imperial. *Hispania*, Madrid: CSIC, v.47, n.165, p.5-31, 1987; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. La sucesión al trono de Castilla: 1275-1304. *Anales de la Universidad de Alicante*. Historia Medieval, n.11, p.201-212, 1997; ESTEPA DÍEZ, Carlos. Alfonso X y el fecho del Imperio. *Revista de Occidente*, Madrid, v.43, p.43-53, 1984; CRADDOCK, Jerry. Dynasty in dispute: Alfonso X el Sabio and the succession to the throne of Castile and Leon in history and legend. *Viator*, n.17, p.197-219, 1986; SOCARRÁS, C. J. *Alfonso X of Castile: a study on imperialistic frustrations*. Barcelona: El Albir, 1976.

³⁶ “Pero eso no era lo más grave: por el sur, no sólo Granada había roto sus tréguas, sino que facilitaba la más devastadora campaña de invasión que había sufrido Castilla desde hacía más de un siglo”. AYALA MARTÍNEZ, op.cit, p.7.

³⁷ CASTÁN LANASPA, Guilherme. *Política económica y poder político: moneda y fisco en el reinado de Alfonso X el Sabio*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 2000; MARTÍN, José Luis. Economía y sociedad de la época alfonsina. *Revista de*

A Guerra, quando referendada, emerge efemeramente, mediante o tratamento oferecido por estes medievalistas as questões monetárias e fiscais do reino castelhano-leonês. Em uma de suas abordagens, Ladero Quesada menciona a Guerra durante a sua problematização frente à “questão de fundo” do reinado alfonsino. Ao efetuar uma contextualização dos efeitos econômicos da expansão senhorial ocorrida durante o século XIII, Ladero Quesada ratifica que se faz possível enxergar os impactos da crise pela qual passara Alfonso X perante a aristocracia, em inúmeras searas, como na:

Endêmica guerra do sul, que acabou resultando muito grave, social e economicamente, sobretudo na *Andaluzia*, ainda que rendera bons resultados para alguns nobres, pois, freou o processo repovoador e distorceu os seus resultados sobre a propriedade e o uso da terra.³⁸

A guerra nas obras sobre as relações religiosas durante o reinado alfonsino:

A política eclesiástica assumida por Alfonso X também tem sido uma área de estudos onde se tem despontado uma série de reflexões historiográficas, principalmente em torno da natureza das conturbadas relações travadas entre Alfonso X e o Papado, e igualmente, frente ao episcopado castelhano-leonês. Certamente os principais expoentes dessa seara de estudos são Carlos de Ayala Martínez e José Manuel Nieto Soria.³⁹

Ao analisarem as motivações políticas, econômicas, etc, sustentadas pelo episcopado a hora de se contraporem ativamente a figura de Alfonso X, estes historiadores acabaram por destacarem a pronta adesão de uma parcela significativa deste segmento social do reino na *guerra civil* que se estabeleceria nos últimos anos do reinado alfonsino.

É o caso de Carlos de Ayala Martínez, o qual procurou estabelecer a natureza da “oposição episcopal” e, por conseguinte, da sua participação direta na *guerra civil* encabeçada pelo infante Dom Sancho nos últimos anos do reinado alfonsino. Em dado momento, Ayala Martínez, ao destacar a costumeira intervenção alfonsina nas eleições episcopais, demonstra que o monarca procurou justificar o seu controle e a sua intromissão sobre as eleições, nas *Siete Partidas*, através de uma argumentação calcada na

Occidente, Madrid, v.43, p.29-41, 1984; LADERO QUESADA, Miguel. A. La situación política de Castilla a fines del siglo XIII. **Revista de Historia Medieval. Anales de la Universidad de Alicante**. Num.11, 1997, p.241-264; GONZÁLEZ ARCE, José Damian. La política fiscal de Alfonso X en el Reino de Murcia. **Studia historica. Historia medieval**, Nº 10, 1992, págs. 73-100.

³⁸ “También, la endémica guerra del sur —la llamada «batalla del Estrecho»—, que resultó muy gravosa social y económicamente, sobre todo en Andalucía y, además, frenó y distorsionó el proceso repoblador del sur y sus resultados sobre la propiedad y uso de la tierra”. LADERO QUESADA, op.cit, p.245.

³⁹ AYALA MARTÍNEZ, Carlos. La política eclesiástica de Alfonso X. El rey y sus obispos. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**, Nº. 9, 2014/2015, págs. 41-106; NIETO SORIA, José Manuel. Principios teóricos y evolución de la política eclesiástica de Alfonso X. **Mayurqa: revista del Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts**, Nº 22, 1, 1989, p.465- 474.

proeminência régia garantida pela “guerra contra o Islã, e a fundação e dotação das próprias igrejas”.⁴⁰

A guerra nas abordagens sobre o reinado alfonsino produzidas pela medievalística brasileira

Evidentemente que não poderíamos deixar de referendar uma gama de abordagens historiográficas oferecidas a inúmeros aspectos do reinado alfonsino por medievalistas brasileiros a partir dos anos 2000. Trata-se de um número bastante considerável de dissertações de mestrado e de teses de doutorado que têm sido defendidas, demonstrando o modo como os estudos alfonsinos tem crescido paulatinamente em nosso país.

Por conseguinte, destacaremos agora algumas paradigmáticas dissertações de mestrado e teses de doutorado que procuraram problematizar questões relativas ao reinado alfonsino, a fim de observarmos as principais temáticas alfonsinas abordadas no seio da Medievalística Brasileira e, decerto, o modo como a guerra e as relações militares emergem em cada uma destas reflexões historiográficas.

Ao analisar os imaginários e os simbolismos que engendraram as concepções em torno do poder monárquico durante o reinado do monarca Alfonso X, Kleine demonstrara como um conjunto de diretrizes jurídicas produzidas pelos juristas alfonsinos se encontravam inteiramente destinadas a regularem as formas de fazer a guerra durante as campanhas militares e bélicas empreendidas pelos castelhano-leoneses.⁴¹

Para Souza Junior, a realidade político-militar castelhano-leonesa da Idade Média Central teria assistido a uma fratura no “modelo monárquico”, tendo sido o monarca Fernando III (1217-1252) o último rei pertencente a uma linhagem de “reis guerreiros” inerentes ao processo de Reconquista, e, por conseguinte, o seu filho Alfonso X (1252-1284) o iniciador de um “modelo de rei sábio” cujas características de atuação política, em suma, a dedicação ao direito, a cultura, as artes, seriam profundamente diferentes daquelas nutridas pelos monarcas castelhano-leoneses do período anterior.⁴²

Em seu trabalho de análise em torno das práticas políticas e das representações dos segmentos judaicos durante o reinado alfonsino, Castro destaca que nos momentos de

⁴⁰ “La guerra contra el islam, y la fundación y dotación de las propias iglesias eran las que avalaban tal preeminência”. AYALA MARTÍNEZ, op.cit, p.55.

⁴¹ KLEINE, Marina. **El rey que es fermosura de Espanna: as concepções do poder real na obra de Afonso X de Castela**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2005.

⁴² SOUZA JUNIOR, Almir Marques. **As duas faces da realeza na Castela do século XIII: os Reinados de Fernando III e Alfonso X**, 2009, 188f. Dissertação(Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009

ocorrências dos conflitos militares da *Reconquista*, observamos o acirramento das tensões entre os castelhano-leoneses e os judeus, o que resultava na composição de discursos e mais práticas mais radicais que alteravam as situações sociais, políticas e econômicas dos judeus no âmbito do reino castelhano-leonês.⁴³

Ao analisar as redes de negociações senhoriais ocorridas durante o reinado do monarca Alfonso X, Mota ratificara que o reinado alfonsino fora marcado por guerras envolvendo o poder monárquico e o poder aristocrático, de maneira tal que as negociações senhoriais ocorridas se veriam marcadas pela intermitente presença deste cenário profundamente conflitivo entre os mais importantes poderes do reino castelhano-leonês.⁴⁴

São muitos os trabalhos e os eixos temáticos que poderiam ter sido mencionados. Reforçamos que os limites naturalmente impostos por uma rápida síntese historiográfica acabaram por nos limitar a criação de um “filtro” destinado a apresentar apenas algumas das mais importantes reflexões oferecidas acerca de variadas questões relativas ao reinado alfonsino, com o propósito de, reforçamos, evidenciar como há uma lacuna a ser ainda devidamente fomentada e desenvolvida em relação aos estudos sobre a Guerra e a Estrutura Militar no reinado alfonsino.

Cabe-nos agora problematizar então precisamente o estado da questão, ou para melhor definir, o estado da exceção, do eixo temático em que nos enquadrámos: as abordagens historiográficas sobre a Guerra e a Estrutura Militar no reinado alfonsino.

As obras sobre a guerra e a estrutura militar no reinado alfonsino:

Iniciaremos a nossa análise em torno desta questão a partir da “constatação” efetuada por García Fitz em seu estado da questão publicado em 1998. Ao analisar o conjunto das reflexões historiográficas fornecidas em torno do reinado alfonsino entre os anos 1990-1998, chegara a conclusão de que os aspectos do reinado relacionados com a guerra têm recebido um tratamento abundante. Neste sentido, as problemáticas bélicas teriam sido bastante trabalhadas, até aquele momento, por se apresentarem como:

Um manancial generoso para os historiadores que permitiram a análise de tópicos tão diversos como os cargos do exército medieval, a cavalaria, as

⁴³ CASTRO, Ana Carla Monteiro de. *Que ningún judio non sea osado: estudo sobre as práticas políticas e representações dos judeus no reinado de Afonso X (Castela, 1252-1284)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2013.

⁴⁴ MOTA, Bruna Oliveira. *E por esta razon conuino que fuessen los reyes, e lo tomassen los omes por señores; uma análise da legitimidade, autoridade e poder no reinado de Alfonso X através das suas redes de negociações senhoriais (1252-1284)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Cristóvão, 2018.

detenções de fortalezas, as obrigações militares, as milícias, a guerra contra o reino de Granada, as armas ou estratégias e táticas militares.⁴⁵

Parece-nos que este diagnóstico positivamente contemplado por García Fitz a pouco mais de vinte anos deve ser matizado frente ao amplo quadro das pesquisas efetuadas desde o *boom* historiográfico dos anos 1980 até as mais recentes décadas do século XXI. Ao efetuarmos uma síntese historiográfica mais abrangente, chegamos à conclusão de que certamente este satisfatório cenário fora entrando em “declínio”, uma vez que pode ser notada uma escassez de estudos voltados ao aprofundamento de uma série de questões intrínsecas a Guerra e a Estrutura Militar durante o reinado de Alfonso X.

Detectamos, por exemplo, a notável ausência de abordagens historiográficas que ao se debruçarem precisamente sobre as raízes, as motivações, os meandros, as execuções, as consequências produzidas, etc, das guerras travadas por Alfonso X, acabem por empreender a uma profunda e acurada problematização e concatenação da “teoria e da prática de guerra” empregada frente ao propósito de consolidação e ampliação senhorial que perpassava integralmente as ações políticas e bélicas do monarca Alfonso X.⁴⁶

Faz-se preciso reconhecer, portanto, que as guerras alfonsinas costumam figurar apenas como um pano de fundo nas narrativas historiográficas produzidas pelos eixos temáticos discursivos supracitados, evidentemente, com algumas raras exceções, sendo então rapidamente descritas, enquanto acontecimentos, mas, não problematizadas, em suas constituições, suas causas, seus propósitos, seus significados, etc.

Apesar de todo o enfoque demasiadamente conferido por uma parcela significativa da *Historiografia Alfonsina* a funcionalidade nutrida pelos ordenamentos jurídicos dentro do programa de uniformidade jurídica, monopólio legislativo e renovação do direito, orquestrado por Alfonso X, por certo, até o presente momento, seguramente nenhum medievalista se pôs a analisar, a título de exemplo, o papel desempenhado pelo vastíssimo conjunto de preceitos jurídicos de naturezas militares e bélicas, integrantes destes ordenamentos jurídicos, no bojo deste deveras explorado programa legislativo alfonsino.

Para sermos devidamente justos, cabe-nos mencionar que encontramos, no âmbito externo, apenas dois trabalhos especificadamente incidentes em torno da questão bélica e

⁴⁵ “Siendo manantiales generosos para los historiadores que han permitido el análisis de temas tan diversos como los cargos de la hueste medieval, la caballería, las tenencias de fortalezas, las obligaciones militares, las milicias concejiltes, la guerra contra el reino de Granada, el armamento o las estrategias y tácticas militares”. García Fitz, op.cit, 1998, p.290.

⁴⁶ Recentemente foi lançada uma dissertação de mestrado que, inclusive, atendera integralmente a estas prerrogativas, porém, em direção ao reinado de Fernando III (1217-1252). Trata-se da reflexão historiográfica: MORETTI, Augusto. **Teoria e Prática da Guerra no reinado de Fernando III (1217-1252)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em História, 2015. Disponível para consulta em: <http://nou-rau.uem.br/nou-rau/document/?code=vtls000220458>. Último acesso: 6 de fevereiro de 2018.

militar dentro do programa legislativo alfonsino: os trabalhos de Julio Gerardo Martínez Martínez e de Inés Carrasco.⁴⁷

No primeiro caso, o autor analisa uma série de preceitos militares contidos exclusivamente nas *Siete Partidas*, acerca da noção de *paz* e *guerra*, da organização militar, etc. Trata-se de um importante trabalho de problematização em torno do conceito de guerra orquestrado pelos intelectuais alfonsinos e, igualmente, sobre as inúmeras questões relativas à organização militar, as formas de *fazer a guerra*, as estratégias e as táticas militares, à luz, singularmente, deste código jurídico.

Apesar desta reconhecida importância, a abordagem historiográfica orquestrada por Martínez Martínez certamente apresenta um alcance precisamente limitado, posto que se centra, quase que integralmente, a descrever um conjunto de diretrizes militares contidas exclusivamente nas *Siete Partidas*, carecendo assim de um necessário trabalho de problematização em relação tanto ao seu contexto de produção quanto aos propósitos nutridos em meio ao reinado de Alfonso X.

Quanto a abordagem de Inés Carrasco, esta autora nos oferece um riquíssimo estudo acerca dos cargos militares apresentados por Alfonso X em seus ordenamentos jurídicos, por meio de uma abordagem *onomasiológica*, ou seja, partindo das origens dos conceitos empregados por Alfonso X, a fim de compreender os seus significados práticos naquela conjuntura castelhano-leonesa da segunda metade do século XIII.

Em relação ao âmbito nacional, notabilizamos a existência de apenas uma abordagem precisamente voltada à questão da Guerra no reinado de Alfonso X. Trata-se de um trabalho de conclusão de curso produzido por Lucas Werlang Girardi em torno do “conceito de guerra” edificado nas *Siete Partidas*.⁴⁸

Por meio da análise de um seletivo conjunto de preceitos militares contidos na *Siete Partidas*, o autor procurou demonstrar como os intelectuais alfonsinos problematizaram uma série de questões relativas à Guerra. Seu enfoque, decerto, recai principalmente na análise do “conceito” de guerra contido nas *Siete Partidas*, tratando de analisar o modo como o monarca compreendia a guerra em suas vicissitudes, demonstrando, sobretudo, às notáveis influências dos pensadores tardo-antigos, como Flávio Vegécio (IV d.C) e Agostinho de Hipona (354-430 d.C), na composição do conceito bélico alfonsino.

Evidentemente que por se tratar de uma pesquisa monográfica, naturalmente

⁴⁷ MARTÍNEZ MARTÍNEZ, Julio Gerardo. *Acerca de la guerra y de la paz, los ejércitos, las estrategias y las armas, según el Libro de las Siete Partidas*. Cáceres: Universidad de Extremadura, 1984; CARRASCO, Inés. *Los cargos de la hueste real en tiempos de Alfonso X. Estudio Onomasiológico*. Universidad de Granada: Granada, 1992.

⁴⁸ GIRARDI, Lucas Werlang. *Conceito de Guerra e História Ibérica nas Siete Partidas de Alfonso X*. TCC (Graduação) - Curso de História, Departamento de Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

limitada em tempo e espaço de execução, o autor não pôde desenvolver mais a fundo as questões, porém, se faz preciso reconhecer que a pesquisa inovara ao procurar tratar de uma temática ainda não aprofundada dentro dos estudos alfonsinos.

É certo que algumas temáticas estritamente militares e bélicas têm sido satisfatoriamente trabalhadas por uma gama de medievalistas. São os casos das abordagens efetuadas em torno das funcionalidades militares desempenhadas pelos diversos segmentos do corpo social do reino, em especial, pela Aristocracia, a Cavalaria Vilã e as Ordens Militares.

Nesse sentido, uma série de estudiosos tem procurado abordar desde problemáticas mais práticas, como a natureza das relações militares negociadas entre a jurisdição monárquica e as demais jurisdições senhoriais, o papel exercido por estas jurisdições senhoriais nas guerras travadas nas fronteiras castelhana-andaluzas, a dinâmica das concessões senhoriais com finalidades militares e bélicas, até questões mais simbólicas, como a formação de uma Ética Cavaleiresca e o pensamento cruzadístico no reinado alfonsino.

Quanto aos estudos sobre as relações militares travadas entre a jurisdição monárquica e as Ordens Militares e, igualmente, as subseqüentes atuações deste segmento militar nas guerras fronteiriças, podemos destacar as abordagens efetuadas por medievalistas como Manuel González Jiménez e Carlos de Ayala Martínez.⁴⁹

Sobre as relações militares travadas entre a jurisdição monárquica, a Aristocracia e a Cavalaria Vilã, nos cabe destacar os trabalhos efetuados por Rafael Sánchez Saus, M^a Concepción Quintanilla Raso, Manuel González Jiménez e José María Alcántara Valle.⁵⁰

Questões mais simbólicas relativas às esferas militares e bélicas também foram abordadas por alguns medievalistas, como a temática da composição de uma Ética Cavaleiresca e a influência do pensamento de Cruzada em suas empresas bélicas.⁵¹

⁴⁹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. Alfonso X y las órdenes militares. Historia de un desencuentro. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**, Nº. 2, 2000-2001, p.209-222;_____. Relaciones de las Ordenes Militares castellanas con la Corona (siglos XII- XIII). **Historia. Instituciones. Documentos**, Nº 18, 1991, p. 209-222; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de. Evolución institucional de las órdenes militares durante el reinado de Alfonso X. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**, Nº. 2, 2000-2001, págs. 43-66;_. La Monarquía y las Órdenes Militares durante el reinado de Alfonso X. **Hispania: Revista española de historia**, Vol. 51, Nº 178, 1991, p. 409-465.

⁵⁰ SÁNCHEZ SAUS, Rafael. Caballeros e hidalgos en la Castilla de Alfonso X. **Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes**, Nº. 9, 2014-2015, p. 177-210; QUINTANILLA RASO, M^a Concepción. **La nobleza señorial en el reinado de Alfonso X. Constitución y representación**. Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes, Nº.9, 2014-2015, p. 137-176; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel. **Alfonso X y las oligarquías urbanas de caballeros**. *Glossae: European Journal of Legal History*, Nº 5-6, 1993-1994, p. 195-214; ALCANTÁRA VALLE, José Maria. Nobleza y señoríos en la frontera de Granada durante el reinado de Alfonso X. Aproximación a su estudio. **Vínculos de Historia**, núm. 2, 2013, p.207-232.

⁵¹ RODRÍGUEZ VELASCO, Jesús. De oficio a estado. La caballería entre el Espéculo y las Siete Partidas. In: **Cahiers de linguistique hispanique médiévale**. Nº18-19, 1993. pp. 49-77; MARTIN, GEORGES. Control regio de la violencia nobiliaria. La caballería según Alfonso X de Castilla (comentario al título XXI de la Segunda partida). In: **Cahiers de linguistique**

No bojo deste notório quadro de abordagens historiográficas orquestradas em torno das estruturas militares e bélicas alfonsinas, se destacam, certamente, as reflexões particularmente produzidas acerca de uma gama de questões relativas à Guerra e a Estrutura Militar, engendradas pelos medievalistas Francisco García Fitz e José María Alcantára Valle.

Profundamente empenhado em investigar as diversas formas de *fazer a guerra* postas em execução pelo reino castelhano-leonês frente aos senhorios muçulmanos durante a Idade Média Central, García Fitz acabou por oferecer uma gama de reflexões destinadas a examinarem desde as *guerras de desgastes* e as *guerras de assédios* operacionalizadas pelo monarca Alfonso X, com propósitos de consolidação e ampliação senhorial, até as utilizações de expedientes políticos como *estratégias políticas de dissolução* em meio às guerras travadas frente aos muçulmanos da *Andaluzia Bética*.

Este medievalista sevilhano se empenhara, portanto, em problematizar as naturezas das guerras empreendidas pelo monarca Alfonso X em direção aos senhorios muçulmanos da *Andaluzia Bética*, procurando esquadriñar, desde os mecanismos político-militares utilizados pelo monarca castelhano-leonês em meio à operacionalização da logística que configurava a organização das suas hostes e a subsequente planificação das campanhas militares, até os desígnios e as finalidades senhoriais que perpassavam as realizações das empresas bélicas.⁵²

Quanto ao medievalista José María Alcantára Valle, se faz preciso reconhecer que uma de suas abordagens historiográficas, em especial, produzida recentemente, em 2015, procedera decisivamente como uma espécie de estímulo à hora de emprendermos a natureza de nossa investigação.

Esta reflexão historiográfica, ensejada por Alcantára Valle, inovara justamente ao trazer a tona o notável belicismo inerente ao reinado alfonsino haja vista que “é bem conhecido por todos, o labor cultural de Alfonso X, *o Sábio*, mas talvez não o seja tanto a

hispanique médiévale. N°16, 2004. pp. 219-234; RODRÍGUEZ GARCÍA, José Manuel. *Ideología cruzada en el siglo XIII. Una visión desde la Castilla de Alfonso X*. El puerto de Santa Maria: Cátedra Alfonso X el Sabio/Universidad de Sevilla, 2014.

⁵² GARCÍA FÍTZ, Francisco. *Castilla y León frente al Islam: Estrategias de Expansión y tácticas militares (siglo XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1998. ———. *Relaciones políticas y Guerra. La experiencia castellano-leonesa frente al Islam. Siglos XI-XIII*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2002; ———. Alfonso X, el reino de Granada y los Banu Asqilula: Estrategias políticas de disolución durante la segunda mitad del siglo XIII. *Anuario de estudios medievales*, N°27, 1997, p. 215-238; ———. Alfonso X y sus relaciones con el Emirato granadino: política y guerra. *Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes*, N°. 4, 2004-2005, p.35-78; ———. Alfonso X, el reino de Granada y los Banu Asqilula: Estrategias políticas de disolución durante la segunda mitad del siglo XIII. *Anuario de estudios medievales*, N°27, 1997, p. 215-238.

sua faceta como rei guerreiro, que também foi”.⁵³ Com esta expressa constatação em mente, Alcántara Valle passa então a:

Por em relevo a incisiva e decisiva atividade militar empregada por este monarca, antes e depois da revolta *mudéjar* de 1264-1266, e sua importante contribuição a *Reconquista* [a fim de demonstrar] a prevalência dos tempos de guerra sobre os de paz nos anos em que durou o seu reinado.⁵⁴

O medievalista Alcántara Valle acaba então problematizando o quadro das inúmeras guerras travadas pelo monarca Alfonso X em direção aos senhorios da *Andaluzia Bética*, a fim de demonstrar como o seu reinado fora muito mais marcado pela eclosão de períodos de guerras do que pela manutenção de cenários de paz frente aos senhorios andaluzes, pois:

Salta a vista que durante o reinado de dom Alfonso houve um predomínio claro da guerra sobre a paz. Torna-se muito difícil quantificar estas realidades, mas, um cálculo aproximado poderia ser o seguinte. Se partirmos de que Alfonso X reinou durante 382 meses exatamente, e considerarmos que os acontecimentos bélicos cuja duração desconhecemos se prolongaram ao longo de um mês, o menor dos coeficientes possíveis, uma sensível operação matemática nos daria como resultado que 35% do reinado de Alfonso X esteve ocupado pela guerra direta contra os muçulmanos. Esta porcentagem resulta da regra de três aplicada aos 132 meses em que houve enfrentamentos quase que diários. Entretanto, se considerarmos que cada ano de “fato bélico” foi um ano de guerra, como assim deve ter sido, essa cifra dispara até o 70%, de maneira que podemos concluir dizendo, com razões de peso, que durante o reinado de Alfonso X, na fronteira de Granada, as duas terças partes do tempo se dedicaram a guerra, e a terceira parte restante a outros assuntos em que, de uma maneira ou de outra, a ameaça islâmica também esteve presente.⁵⁵

Apesar de não concordarmos inteiramente com o teor desta percentagem efetuada por Alcántara Valle, por compreendermos que este enquadrara em uma mesma paisagem os distintos expedientes bélicos e de violência empregados por Alfonso X, a sua abordagem historiográfica se revela de extrema importância por ensejar uma problematização mais profunda em torno da Guerra, apresentando-a como um fenômeno extremamente

⁵³ “De todos es bien conocida la labor cultural de Alfonso X el Sabio, pero tal vez no lo sea tanto su faceta como rey guerrero, que también fue.” ALCÁNTARA VALLE, José María. La Guerra y la paz en la frontera de Granada durante el reinado de Alfonso X. *HID* 42, 2015, p.11-58, p.11.

⁵⁴ “Poner de relieve la incisiva y decisiva actividad militar desplegada por este monarca, antes y después de la revuelta mudéjar de 1264-1266, y su importante contribución a la Reconquista [a fim de demonstrar] la prevalencia de los tiempos de guerra sobre los de paz en los años que duró su reinado”. *Ibidem*.

⁵⁵ “Salta a la vista que durante el reinado de don Alfonso hubo un predominio claro de la guerra sobre la paz. Resulta muy difícil cuantificar estas realidades, pero un cálculo aproximado podría ser el siguiente. Si partimos de que Alfonso X reinó durante 382 meses exactamente, y consideramos que los acontecimientos bélicos cuya duración desconocemos se prolongaron a lo largo de un mes, el menor de los coeficientes posibles, una sencilla operación matemática nos daría como resultado que el 35% del reinado de Alfonso X estuvo ocupado por la guerra directa contra los musulmanes. Este porcentaje resulta de la regla de tres aplicada a los 132 meses en los que hubo enfrentamientos casi a diario. Ahora bien, si consideramos que cada año de “hecho bélico” fue un año de guerra, como así debió ser, esa cifra se dispara hasta el 70%, de manera que podemos concluir diciendo, con razones de peso, que durante el reinado de Alfonso X, en la frontera de Granada, las dos terceras partes del tiempo se dedicaron a la guerra, y la tercera parte restante a otros asuntos en los que, de una manera u otra, la amenaza islámica también estuvo presente”. *Ibidem*, p.46.

presente, e não como um acontecimento fugidio, de natureza excepcional, na órbita do reinado do monarca Alfonso X.

Considerações finais

Ao ser alçado ao trono do reino castelhano-leonês, o monarca Alfonso X (1252-1284) se viu imbuído não somente do encargo de orquestrar a consolidação senhorial dos territórios recentemente restaurados por seu pai, o monarca Fernando III (1217-1252), mas, como também de perpetuar a política de conquistas e de ampliações dos senhorios castelhano-leoneses no seio da Andaluzia Bética.

A preocupação com os assuntos de natureza militar e bélica se fez, assim, uma tônica constante no pensamento alfonsino, uma vez que este se encontrava ciente de que, para manter e para ampliar os senhorios do reino castelhano-leonês, haveria de dedicar uma especial atenção as estruturas militares, por serem estas os inescusáveis instrumentos operacionais que viabilizariam a ampliação e a consolidação dos senhorios castelhano-leoneses.

Entretanto, por meio desta sucinta síntese historiográfica, constatamos o notável quadro de “esquecimento” incidente sobre as abordagens efetuadas em torno da Guerra e da Estrutura Militar no reinado do monarca castelhano-leonês Alfonso X. Trata-se, portanto, de uma temática, ou, de um conjunto de temáticas, ainda, escassamente problematizadas no âmbito da *Historiografia Alfonsina*.

Recebido em 23 de setembro de 2022

Aceito em 22 de novembro de 2022